



Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 15, n. 1 – 2026 – ISSN 2316-395X

Entre a pedra, a cal e as práticas: a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e os novos horizontes do patrimônio cultural em Magé (RJ)

Between stone, lime, and practices: the Church of Our Lady of Guia de Pacobaíba and the new horizons of cultural heritage in Magé (RJ)

Entre la piedra, la cal y las prácticas: la Iglesia de Nuestra Señora de Guia de Pacobaíba y los nuevos horizontes del patrimonio cultural en Magé (RJ)

Carlito Lopes de Oliveira Junior¹ 

Recebido em: 7 ago. 2025

Aceito para publicação em: 21 dez. 2025

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atua como diretor de preservação do patrimônio histórico-cultural na Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos de Magé (RJ). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0511-8077>.

Resumo: Este artigo analisa a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, localizada em Magé (RJ), problematizando as concepções de patrimônio cultural que privilegiam exclusivamente a materialidade monumental. Pretende compreender como os processos sociais, as práticas culturais e as dimensões imateriais, como ritos, narrativas orais e pertencimento comunitário, atribuem significado ao templo, mantendo-o vivo como lugar de memória. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise documental, articulando as teorias contemporâneas de patrimônio cultural com o estudo do caso fluminense. Os resultados indicam que a preservação da igreja requer a salvaguarda das práticas e sentidos partilhados pelas comunidades locais, superando a visão monumentalista. O artigo conclui que estratégias de gestão compartilhada e turismo religioso sustentável podem garantir a valorização do patrimônio vivo e ampliar o reconhecimento social do bem.

Palavras-chave: patrimônio cultural; igrejas históricas; Magé; práticas culturais; memória coletiva.

Abstract: This article analyzes the Church of Our Lady of Guia of Pacobaíba, located in Magé (RJ), Brazil, problematizing cultural heritage conceptions that privilege exclusively monumental materiality. It aimed to understand how social processes, cultural practices, and immaterial dimensions—such as rituals, oral narratives, and community belonging—assign meaning to the temple, maintaining it as a living site of memory. The research is based on bibliographic review and documentary analysis, articulating contemporary theories of cultural heritage with this case study in Rio de Janeiro. The results indicated that the preservation of the church requires safeguarding the practices and meanings shared by local communities, going beyond a monumental perspective. The article concluded that shared management strategies and sustainable religious tourism can ensure the appreciation of living heritage and expand the social recognition of the site.

Keywords: cultural heritage; historic churches; Magé; cultural practices; collective memory.

Resumen: Este artículo analiza la Iglesia de Nuestra Señora de la Guía de Pacobaíba, ubicada en Magé (RJ), Brasil, problematizando las concepciones de patrimonio cultural que privilegian exclusivamente la materialidad monumental. Tuve como objetivo comprender cómo los procesos sociales, las prácticas culturales y las dimensiones inmateriales, como ritos, narrativas orales y el sentido de pertenencia comunitario, atribuyen significado al templo, manteniéndolo vivo como lugar de memoria. La investigación se fundamenta en una revisión bibliográfica y análisis documental, articulando las teorías contemporáneas de patrimonio cultural con el estudio del caso fluminense. Los resultados indicaron que la preservación de la iglesia requiere la salvaguardia de las prácticas y sentidos compartidos por las comunidades locales, superando la visión monumentalista. El artículo concluyó que las estrategias de gestión compartida y turismo religioso sostenible pueden garantizar la valorización del patrimonio vivo y ampliar el reconocimiento social del bien.

Palabras clave: patrimonio cultural; iglesias históricas; Magé; prácticas culturales; memoria colectiva.

INTRODUÇÃO

Imponente sobre um outeiro que descortina uma vista privilegiada da Baía de Guanabara, a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba ergue-se como um marco da presença colonial portuguesa no recôncavo fluminense. Sua própria invocação à padroeira dos navegantes ressoa com os anseios e perigos das jornadas marítimas que influenciaram o período moderno, inscrevendo na paisagem uma profunda carga simbólica.

A edificação atual em pedra e cal, cuja construção se estendeu aproximadamente de 1699 a 1712, sucedeu uma modesta capela de taipa de pilão dedicada a Santa Margarida, testemunhando a consolidação e expansão da ocupação na região. A elevação a freguesia em 1755 e o posterior tombamento ao nível estadual, em 1989, vieram chancelar formalmente uma relevância histórica e patrimonial já sedimentada pelo tempo e pela comunidade que a reconhecia como tal². Contudo a enumeração de datas, fatos construtivos ou atos normativos, por mais significativos que sejam, revela-se insuficiente para apreender a densidade de sentidos que emana desse espaço e o constitui como patrimônio vivo, como também as suas múltiplas camadas de significados. Este artigo filia-se à premissa de que o valor patrimonial não é uma qualidade intrínseca ao bem, mas resulta de um contínuo e dinâmico processo social de atribuição no qual as práticas culturais, os discursos tecidos e os valores investidos pelos diversos sujeitos sociais são protagonistas.

A Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba insere-se no atual distrito de Guia de Pacobaíba, no município de Magé, território historicamente marcado por profundas transformações econômicas, por processos de periferização e pela permanência de práticas culturais de longa duração. Para a população local, o templo constitui uma referência espacial e simbólica central, capaz de organizar o cotidiano, orientar deslocamentos e estruturar práticas sociais e religiosas. Sua implantação no alto de um outeiro, com ampla visibilidade de diferentes pontos do bairro e da Baía de Guanabara, reforça seu papel como marco territorial e elemento ordenador da paisagem. Do ponto de vista demográfico, o município de Magé, situado na Baixada Fluminense, apresenta uma população total de 228.127 habitantes, segundo os resultados definitivos do censo demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). No recorte territorial correspondente ao distrito de Guia de Pacobaíba, estima-se uma população de aproximadamente 23.324 habitantes.

A Igreja de Pacobaíba, sob essa ótica, supera sua materialidade arquitetônica para se apresentar como um complexo *locus* de memórias, manifestações de fé, identidades e, por vezes, de tensões e negociações simbólicas. Compreendê-la exige, portanto, ir além da superfície do monumento para analisar as relações que a sociedade estabelece com o bem. A proposta aqui delineada busca, portanto, investigar as múltiplas camadas de significado que envolvem a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, dialogando com as vertentes contemporâneas do campo patrimonial que propugnam por uma abordagem ampliada e processual.

Além disso, é preciso reconhecer que o patrimônio não é uma narrativa consensual, mas um campo de disputas e silenciamentos. A história oficial muitas vezes privilegia determinadas memórias em detrimento de outras, marginalizando experiências de grupos subalternizados. No caso da Igreja de Pacobaíba, cabe indagar: quais vozes foram apagadas ao longo do tempo? Que presenças africanas ou populares contribuíram para

² Conferir Araújo (2008, p. 67-79).

a conformação desse território e permanecem invisibilizadas nos discursos hegemônicos sobre o bem?

A pesquisa aqui apresentada insere-se no campo das análises teórico-interpretativas em patrimônio cultural, tomando a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba como estudo de caso exemplar. A investigação privilegia a articulação entre referencial teórico, documentação histórica e reflexão crítica, sem a pretensão de realizar uma abordagem etnográfica, concentrando-se na compreensão dos processos de valoração, memória e significação social associados ao bem.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GUIA DE PACOBAÍBA

A presença da Igreja Católica no recôncavo guanabarinense confunde-se com o processo de colonização português. Como parte da assimilação e valoração das terras conquistadas aos indígenas, tornava-se necessário estabelecer engenhos, fazendas e feitorias. Dessa forma, diversas freguesias foram fundadas pela Coroa Portuguesa a partir da construção de capelas por senhores de engenho e fazendeiros. Nesse contexto, a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba participa de tal processo.

Segundo Monsenhor Pizarro, no outeiro onde atualmente se localiza a Igreja da Guia existiu, em período anterior, uma capela dedicada a Santa Margarida, edificada por iniciativa do padre Gaspar da Costa. Nas proximidades da Capela de Santa Margarida de Pacobaíba havia ainda um engenho que possuía uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Guia. Com o arruinamento da primitiva capela, construída com recursos e técnicas construtivas simples, foi erguido um novo templo em pedra e cal, dedicado a Nossa Senhora da Guia, preservando-se, contudo, a imagem de Santa Margarida em um dos altares laterais, como forma de manter a devoção original (Araújo, 1820). Ainda segundo o autor, no livro de assentos paroquiais por ele consultado consta que a freguesia de Santa Margarida de Pacobaíba foi fundada em 1683. O autor, entretanto, admite a possibilidade de uma criação mais antiga da paróquia, que ele próprio situa, de modo conjectural, no ano de 1647 (Araújo, 1820).

Como consta em nota na obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro...*, em 1699 registra-se que o oratório da casa do padre Lucas de Souza exercia a função de matriz enquanto a nova capela se encontrava em obras. Desse modo, presume-se que o atual templo tenha sido concluído por volta de 1712 (Araújo, 1820, p. 65). Sendo bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro confere a natureza de perpétua à freguesia sob a invocação de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba em 14 de dezembro de 1755. Sob o ponto de vista administrativo, a fundação da vila de Magepe (atual Magé), em 1789, implicou a incorporação da freguesia ao termo de Magé e sua desvinculação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Quase meio século depois, com a criação da vila de Estrela, o território passou à sua jurisdição. Essa situação perdurou até 1892, quando, com a extinção do município de Estrela, a freguesia foi novamente anexada ao município de Magé.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba acompanhou as transformações do território mageense, marcado pela decadência do sistema agroexportador, pela reconfiguração das rotas econômicas e pela progressiva periferação da região no contexto metropolitano fluminense. Nesse período, embora a igreja tenha perdido parte de sua centralidade administrativa, manteve-se como referência religiosa e comunitária, preservando práticas devocionais e vínculos afetivos com a população local. É importante distinguir, nesse percurso, o reconhecimento

eclesiástico do templo – consolidado com sua elevação à condição de freguesia no século XVIII – do reconhecimento patrimonial estatal, formalizado apenas em 1989, quando o bem passou a ser protegido pelo órgão estadual de preservação.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PERIFERIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Situar a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba exige um olhar que ultrapasse seus muros de pedra e cal para alcançar as dinâmicas sociais, econômicas e raciais que moldaram seu território. O imponente templo, erguido em um outeiro com vista para a Baía de Guanabara, representa um passado de opulência econômica e, ao mesmo tempo, o marco de um presente complexo, inserido no que hoje se define como Baixada Fluminense, território de contrastes marcado por um histórico processo de periferação. Compreender a igreja em sua plenitude implica, portanto, analisar as camadas de história e memória que a conectam às “veias abertas” do seu entorno.

O território do município de Magé, durante o período colonial e imperial³, foi um nó estratégico na malha econômica do império. Seus portos, como o de Piedade, de Suruí e da Estrela, eram pontos importantes para o escoamento da produção agrícola e, fundamentalmente, para o trânsito do ouro vindo de Minas Gerais e, em um segundo momento, do café do Vale do Paraíba.

A pujança econômica da região durante o período colonial, impulsionada pela produção de alimentos como a farinha (Bezerra, 2011), financiou a construção e o adorno de templos religiosos, a exemplo da Igreja da Guia. Essa prosperidade, no entanto, foi sustentada por duas bases indissociáveis: a terra fértil, tomada dos povos originários, como os Tamoios, que habitavam a área, e o trabalho massivo de africanos escravizados. A paisagem do Recôncavo da Guanabara, assim, era marcada por engenhos, fazendas e portos movimentados pela mão de obra cativa, que não apenas construiu a riqueza material da região, mas também teceu uma densa e complexa rede cultural e social.

A presença africana em Magé não se resume à força de trabalho. Sendo uma das “portas de entrada” para o interior do Brasil, a circulação de escravizados era intensa pelas estradas que faziam parte da integração logística regional, consolidando rotas negras mageenses (Dos Santos, 2025) que atravessavam o território. Em contrapartida, a própria geografia local, com suas matas e rios, favoreceu a formação de quilombos, espaços de resistência, autonomia e recriação da vida. O Quilombo de Maria Conga, hoje certificado, é um testemunho vivo da luta pela liberdade em solo mageense.

Essa dimensão racial é importante e desafia uma leitura puramente eurocêntrica da história local. É preciso questionar: onde estão as memórias e as contribuições dessa população na narrativa oficial do catolicismo na região? Embora a documentação específica sobre a atuação de irmandades de homens pretos nessa igreja demande aprofundamento, é inegável que tais associações, como as de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, foram fundamentais em todo o Brasil colonial, além de serem atuantes na freguesia de Guia de Pacobaíba (Araújo, 2008). Elas funcionavam como espaços de sociabilidade, auxílio mútuo, expressão de fé e afirmação identitária para a população negra, que muitas vezes era relegada a espaços secundários ou ao adro das igrejas para seus sepultamentos.

³ Em específico, no caso da freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, atual distrito de Guia de Pacobaíba, é importante ressaltar que por ocasião da sua criação, em 1755, pertencia à cidade do Rio de Janeiro. Em 1789, com a criação da vila de Magé, passou a pertencer ao território mageense. Em 1846, com a criação da vila de Estrela, Guia de Pacobaíba foi desmembrada de Magé e fez parte do novo município. Com a extinção de Estrela em 1892, a freguesia voltou a pertencer ao município de Magé.

O aparente declínio de Magé e sua transformação em “periferia” estão ligados a uma série de fatores históricos. A Abolição da Escravatura em 1888, sem nenhuma política de integração, desestruturou a economia agroexportadora local, levando ao abandono de muitas propriedades. Simultaneamente, a ascensão da malha ferroviária e, posteriormente, das rodovias deslocou os eixos econômicos para longe dos antigos portos do Recôncavo. Ao longo do século XX, a Baixada Fluminense consolidou-se como uma região de loteamentos populares e cidades-dormitório, atraindo migrantes para uma expansão urbana desordenada e carente de infraestrutura, um processo que acentuou sua condição periférica em relação ao núcleo metropolitano do Rio de Janeiro.

Portanto, a Igreja da Guia de Pacobaíba é um patrimônio que reside nessa encruzilhada. Ela é, ao mesmo tempo, um símbolo do poder colonial e um bem cultural apropriado por uma comunidade que vive as contradições da Baixada Fluminense. Sua preservação não pode se limitar à dimensão material, mas deve abraçar a tarefa de recuperar as memórias silenciadas e dialogar com as tensões e potências de seu território. O valor da igreja hoje está também em sua capacidade de servir como ponto de reflexão sobre essas múltiplas camadas de história, conectando o passado de opulência e dor ao presente de resistência cultural que caracteriza a Baixada.

EPISTEMOLOGIAS DO PATRIMÔNIO E A VALORAÇÃO CULTURAL

O ponto de partida para a análise é a problemática das atribuições de valor, um campo fértil de indagações que desafia a noção de valor intrínseco dos bens culturais, isto é, um campo em e de disputa. Como questiona Meneses (2012, p. 33), “se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria valor?”. Essa interrogação fundamental desloca o foco analítico do objeto, ou seja, o bem cultural em sua materialidade, para o intrincado processo social de valoração.

Trata-se de afirmar que o significado e a importância de um bem são construídos, negociados e, por vezes, impostos por diferentes agentes sociais em contextos históricos e culturais específicos, reconhecendo-se, ainda, sua dimensão física e estética. Essa compreensão é aprofundada por Castriota *et al.* (2023, p. 10-11), ao refletirem sobre o tombamento de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, caso emblemático que ilustra como os sentidos do patrimônio emergem da vivência e da memória social:

Ao se considerar o patrimônio como referência cultural, são valorizadas as relações dos diversos grupos sociais do país com os seus bens, sendo necessário compreender os diferentes significados dos lugares e os vínculos criados com a população, conhecimento alcançado apenas com a ampla participação e engajamento daquele grupo social. [...] Logo, junto ao estudo sobre os atributos do lugar, observaram-se os valores que estavam para além da materialidade, buscando-se o espírito do lugar, conformado pelos elementos tangíveis e intangíveis que lhe atribuem sentidos, emoção e significado, aquilo que o torna uma referência cultural.

Nesse sentido, a Igreja de Pacobaíba ultrapassa sua condição de edifício de alvenaria e cal para se configurar como um *locus* de memória coletiva, manifestações de religiosidade popular e contínuas práticas comunitárias que lhe conferem vida e relevância.

A reflexão de Meneses (2012) convida-nos a desnaturalizar o valor, compreendendo-o como resultado de uma “economia simbólica” em que diferentes capitais culturais e sociais estão em jogo. Os agentes que atribuem valor são múltiplos e heterogêneos: o

Estado, por meio de seus órgãos de preservação e políticas culturais; os especialistas (historiadores, arquitetos, arqueólogos, antropólogos), com seus critérios técnicos e científicos; a Igreja Católica, enquanto instituição que define o sagrado em seu espaço e orienta práticas; as comunidades locais, com seus laços afetivos, usos cotidianos e narrativas orais; e até mesmo o mercado, que pode conferir valor econômico e turístico.

A Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, como todo bem cultural complexo, não possui significado unívoco. Pelo contrário, ela se constitui como uma arena onde múltiplos agentes sociais, a comunidade local, a instituição eclesiástica, o poder público, pesquisadores e turistas se encontram, projetando sobre ela seus valores, interesses e visões de mundo. Cada um desses grupos opera segundo lógicas distintas, gerando um campo dinâmico de tensões e negociações sobre o que deve ser preservado, por que e para quem. Esse fenômeno dialoga diretamente com a reflexão de Andreas Huyssen (2000), para quem o “patrimônio” é um discurso intrinsecamente moderno que emerge da percepção da perda e da urgência em construir narrativas de identidade diante das transformações avassaladoras do presente.

Nesse contexto, a igreja (figura 1) emerge não como um receptáculo passivo de valores, mas como um nó catalisador de processos sociais. Sua materialidade, que possivelmente remonta ao século XVII, confere-lhe um inegável *valor documental*. Ela é um vestígio arquitetônico e um testemunho fundamental dos macroprocessos de colonização, expansão da fé católica e formação territorial da Baixada Fluminense. Para o Estado e para a academia, sua importância reside em sua capacidade de documentar o passado, funcionando como uma fonte primária para a compreensão de dinâmicas históricas, sociais e econômicas de longa duração.

Para a comunidade local, no entanto, seu valor pode residir primordialmente nas festas religiosas que ali se realizam, nos rituais de passagem (batismos, casamentos, funerais) que marcam a vida dos indivíduos e do grupo.

Figura 1 – Vista da Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba



Fonte: Foto de Filipo Tardim (2023)

Em um registro distinto, mas igualmente legítimo, manifesta-se o *valor de uso* e o *valor afetivo* atribuídos pela comunidade de Pacobaíba. Para os moradores, a relevância da igreja está além de sua antiguidade ou mérito estilístico. Seu valor primordial é performático e existencial, concretizado nas festas religiosas que mobilizam o bairro, nos rituais de passagem, batismos, casamentos e funerais que marcam a biografia dos indivíduos e do grupo e na sua simples presença como marco referencial na paisagem cotidiana.

Paralelamente, opera o *valor de conhecimento*, articulado principalmente pela historiografia da arte e da arquitetura. Sob essa ótica, o interesse desloca-se para os traços estilísticos da edificação, as técnicas construtivas empregadas, a autenticidade de seus materiais ou as diversas camadas de intervenção que sofreu ao longo dos séculos. A análise pauta-se por critérios de raridade, integridade e representatividade artística, buscando inserir o templo em linhagens e cronologias específicas da história da arte e da arquitetura luso-brasileira. Embora fundamental, essa abordagem, quando isolada, corre o risco de silenciar os significados que o bem possui para aqueles que o vivenciam diariamente.

O reconhecimento dessa polissemia de valores, como o *documental*, o *afetivo*, o de *uso*, o de *conhecimento*, é, portanto, o ponto de partida crucial para qualquer política de preservação que se pretenda democrática e eficaz. As diferentes epistemologias (o saber do especialista, o saber da experiência, o saber da fé) não são excludentes, eles coexistem em um mesmo espaço, por vezes de forma harmoniosa, por vezes em conflito. O maior desafio da gestão patrimonial contemporânea não é eleger um único valor como superior, mas sim orquestrar um diálogo entre eles, garantindo que a proteção do monumento histórico não sufoque o patrimônio vivo e que a vivência comunitária respeite a materialidade que a torna possível.

A concepção ampliada de patrimônio, proposta por Fonseca (2005), contribui decisivamente para esse entendimento ao afirmar que o patrimônio cultural é um campo dinâmico de disputas simbólicas. A autora enfatiza que o processo de patrimonialização é, em si, um ato político que envolve escolhas, exclusões e a imposição de certas narrativas em detrimento de outras. Ao definir o que é “patrimônio”, seleciona-se o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido, quem tem o poder de narrar o passado e como esse passado deve ser interpretado no presente.

Tal perspectiva dialoga com as formulações de Pierre Nora (1993) sobre os *lugares de memória*, que são unidades significativas, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteram em elementos simbólicos de uma determinada comunidade. A Igreja de Pacobaíba, enquanto lugar de memória, condensa múltiplas temporalidades e significados, podendo ser apropriada e ressignificada por diferentes grupos sociais em suas lutas por reconhecimento e identidade. As disputas simbólicas em torno de um bem como esse podem envolver, por exemplo, debates sobre a autenticidade de suas feições arquitetônicas, a legitimidade de certas práticas religiosas em seu interior, a prioridade de investimentos em sua conservação em detrimento de outras demandas sociais ou mesmo a narrativa histórica que deve ser oficialmente divulgada sobre o local.

A valorização de um bem patrimonial envolve diferentes agentes sociais, cada um com suas próprias perspectivas, interesses e formas de relação com o objeto, como aponta o quadro 1. Compreender essas dinâmicas é essencial para pensar estratégias de preservação que sejam integradas e eficazes.

Quadro 1 – Agentes e lógicas de valoração patrimonial

Agente social	Lógica de valoração	Exemplo na Igreja de Pacobaíba
Estado (IPHAN, Inepac etc.)	Técnica e normativa	Tombamento estadual em 1989
Igreja Católica	Religiosa e litúrgica	Celebrações, controle de acesso ao altar
Comunidade local	Afetiva, cultural e cotidiana	Festas, promessas, tradições orais
Especialistas	Científica e estética	Pesquisas, pareceres técnicos
Mercado turístico	Econômica e promocional	Potencial para roteiros religiosos e culturais

Fonte: Primária (2025)

A diversidade de olhares sobre a igreja revela que seu valor ultrapassa a dimensão histórica ou arquitetônica. É na interação entre os diferentes agentes que se constrói o reconhecimento social do bem, sendo fundamental criar mecanismos de diálogo e participação para que essas vozes possam coexistir de maneira respeitosa e colaborativa.

No caso do referido bem cultural, a sua condição de *lugar sagrado* é central na atribuição de valor. O sagrado, como discute Mircea Eliade (1992), manifesta-se no espaço, hierarquizando-o, conferindo-lhe um centro e um sentido que o distinguem do espaço profano circundante. Essa sacralidade, no entanto, não é monolítica. Ela é construída e vivenciada de formas diversas, podendo abrigar tanto a ortodoxia da doutrina católica quanto as expressões da religiosidade popular, com seus santos de devoção particular, promessas e rituais que, por vezes, se mesclam a outras tradições e religiões. A formação discursiva em torno da Igreja de Pacobaíba envolve a articulação de discursos históricos, arquitetônicos e religiosos, tanto oficiais quanto populares, que continuamente constroem e reconstroem seu significado e sua importância para a comunidade.

A atribuição de valor a um bem é, portanto, um processo complexo e multifacetado, que reflete as dinâmicas sociais, as relações de poder e as disputas simbólicas presentes na sociedade. A preservação e a gestão da igreja devem incorporar a escuta atenta das diversas vozes e valores que a constituem como patrimônio vivo, articulando critérios técnicos e estéticos com as dimensões culturais e sociais que lhe conferem sentido.

Compreender que o valor reside nas relações que os sujeitos estabelecem com o objeto é abrir caminho para uma prática patrimonial mais democrática, participativa e sensível aos múltiplos modos de ser e estar no mundo, reconhecendo que a identidade cultural se forja continuamente na arena das significações e das memórias partilhadas e disputadas. A riqueza de um patrimônio está justamente nessa capacidade de congregar múltiplos olhares e de se manter como um campo aberto à produção de sentidos.

O PATRIMÔNIO VIVIDO: PRÁTICAS CULTURAIS E O CAMPO DE NARRATIVAS

A compreensão do patrimônio cultural exige ultrapassar abordagens centradas exclusivamente na materialidade dos bens e nos dispositivos formais de reconhecimento institucional. Ao deslocar o olhar para as práticas, experiências e narrativas que se constroem no cotidiano, possibilita-se apreender o patrimônio como um campo vivo, continuamente produzido pelas relações entre sujeitos, espaços e memórias.

Pensar o patrimônio como prática cultural implica um fundamental deslocamento epistemológico: do objeto em sua monumentalidade estática para os sujeitos em sua capacidade dinâmica de produzir, atribuir e vivenciar significados. A Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, nesse prisma, transcende a sua condição de bem histórico-arquitetônico. O valor patrimonial reside tanto na antiguidade da pedra e cal, ou na beleza de seus altares, quanto nas práticas de fé que ali se manifestam, nas memórias que seus muros evocam e nos laços comunitários que se tecem à sua sombra.

A leitura cartográfica do distrito de Guia de Pacobaíba evidencia a relação direta entre ocupação urbana, paisagem natural e infraestrutura de circulação, elementos fundamentais para compreender o papel histórico e simbólico da Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba. Conforme indicado no mapa (figura 2), o distrito desenvolve-se linearmente ao longo da orla da Baía de Guanabara, limitado ao norte e a oeste por áreas de relevo mais acidentado, o que contribuiu para a concentração das dinâmicas urbanas, sociais e religiosas em faixas específicas do território.

Figura 2 – Delimitação da zona urbana de Guia de Pacobaíba, município de Magé (RJ)



Fonte: Lopes (2020)

Os ritos litúrgicos, com sua periodicidade e solenidade, atualizam a sacralidade do espaço, mas são as celebrações marianas, como a festa da padroeira e as romarias que possivelmente ali acorriam ou que ainda podem ser estimuladas, e as devoções particulares que verdadeiramente infundem vida e calor humano ao conjunto. A procissão que percorre as ruas, como também as procissões marítimas, o adorno da igreja para a festa, os cantos e orações coletivas, a partilha de alimentos e experiências no adro, tudo isso constitui o patrimônio em ação. É o sentimento de pertencimento comunitário, o reconhecimento da igreja como um ponto de referência simbólico e afetivo, que garante sua vitalidade e sua perpetuação para além das políticas de preservação formais.

A vivência do sagrado na Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba manifesta-se de forma sensível e cotidiana, sendo perceptível não apenas nos grandes eventos litúrgicos, mas também nas práticas ordinárias que estruturam a relação afetiva da comunidade com o templo. Durante as celebrações religiosas associadas ao templo,

especialmente nas festividades em honra à padroeira, o espaço é resignificado por meio de gestos, cantos, silêncios e deslocamentos corporais que produzem uma ambiência de devoção compartilhada.

Embora a festividade em honra à Nossa Senhora da Guia não possua data litúrgica própria, variando conforme a localidade, no caso em análise a igreja integra a paróquia homônima e está inserida no território eclesiástico da Diocese de Petrópolis, onde a celebração da padroeira ocorre anualmente em 8 de setembro. Esse enquadramento institucional e religioso, contudo, não esgota os sentidos atribuídos ao bem, que se constroem também nas práticas sociais, nas devoções cotidianas e nas memórias compartilhadas pela comunidade. É nesse entrelaçamento de dimensões, formais e vividas, que o patrimônio se revela como um processo dinâmico, constantemente (re) significado por diferentes agentes e perspectivas.

O patrimônio, assim, não é algo que “é”, dado e imutável, mas algo que “se faz” continuamente por intermédio dessas interações, negociações e, por vezes, conflitos. Quem tem o direito de contar a história da Igreja de Pacobaíba? Qual versão deve prevalecer? A história oficial, baseada em documentos e pesquisas acadêmicas, ou as memórias afetivas e as tradições orais da comunidade? Para Fonseca (2009), a resposta está no reconhecimento da polissemia do bem e na criação de espaços de diálogo onde múltiplas narrativas possam coexistir e se enriquecer mutuamente, integrando diferentes perspectivas em vez de privilegiar uma em detrimento da outra. Nesse sentido, as ações de preservação que se pretendam eficazes e socialmente relevantes devem ir além do diagnóstico técnico e da intervenção puramente material.

ENTRE O SAGRADO E O PÚBLICO: TENSÕES E PERSPECTIVAS

A gestão de bens culturais de natureza religiosa, como a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, situa-se em uma encruzilhada complexa em que o sagrado e o público se encontram, interagem e, não raro, entram em tensão. Conforme discute Aldilene César (2024) em sua análise sobre os azulejos setecentistas em contextos eclesiásticos, os bens religiosos frequentemente sofrem um significativo deslocamento de função: de objetos primariamente de culto, resguardados à comunidade de fé, para objetos de contemplação estética, interesse histórico e atração turística, abertos a um público vasto e diversificado.

Por outro lado, argumenta a autora, representa uma oportunidade de ampliação do valor social do bem (César, 2024). Ao se abrir para novos olhares e usos, a igreja pode ter sua importância histórica, artística e cultural mais amplamente reconhecida, fomentando um ciclo virtuoso de valorização e, potencialmente, de conservação. A experiência turística, por exemplo, pode desempenhar um papel importante nesse processo de reconhecimento e valorização do patrimônio religioso. Visitantes, movidos pela curiosidade histórica, pela apreciação artística ou mesmo por uma busca espiritual difusa, podem se tornar aliados na defesa da preservação desses espaços.

No entanto, para que essa potencialidade se concretize de forma positiva, é imperativo que a atividade turística seja conduzida com sensibilidade e respeito ao caráter sagrado do local. Isso pressupõe tanto a observância de códigos de conduta (vestimenta adequada, silêncio durante os serviços, restrição à fotografia em certos momentos) quanto a implementação de estratégias de interpretação que elucidem a dimensão religiosa e os significados que a comunidade de fé atribui ao espaço e aos seus elementos.

No cotidiano da Igreja de Pacobaíba, a presença concomitante de fiéis concentrados em suas práticas devocionais, turistas, pesquisadores analisando suas camadas históricas e gestores preocupados com sua conservação e funcionamento inevitavelmente gera um campo de tensões. Estas se manifestam no embate entre o silêncio necessário ao recolhimento e o burburinho dos visitantes, entre o uso devocional de um altar e sua análise como peça de museu, entre a necessidade de acesso para o culto e as restrições impostas por obras de restauro ou para evitar o desgaste. Tais conflitos entre o sagrado e o profano, entre o uso comunitário-devocional e o uso público-institucional, constituem uma característica inerente aos bens culturais religiosos, cuja trajetória histórica os levou a serem reconhecidos também por seus valores laicos.

Longe de serem paralisantes, essas tensões, se bem administradas, podem ser produtivas, estimulando o diálogo e a busca por soluções criativas. É importante reconhecer, como salienta o Documento de Nara sobre Autenticidade, de 1994 (ICCROM, 2019), que o patrimônio cultural é diverso e os valores a ele atribuídos podem variar entre culturas e ao longo do tempo, exigindo políticas de mediação que garantam o respeito mútuo e a escuta atenta das múltiplas vozes e interesses envolvidos.

Nesse contexto multifacetado, o papel do poder público (em suas diversas esferas – municipal, estadual e federal) e da própria Igreja Católica (enquanto instituição proprietária e principal responsável da função religiosa) assume uma importância estratégica. Ademais, aponta-se que são mais do que atores isolados e devem se posicionar como articuladores de ações integradas e participativas. Essas ações precisam considerar a indissociabilidade entre a materialidade do bem (sua arquitetura, seus acervos artísticos), sua função cultural primordial (que lhe confere o sentido primeiro e a vitalidade espiritual) e as diversas práticas comunitárias que o envolvem e o mantêm vivo como referência social e cultural.

A formulação de planos de gestão, a captação de recursos para conservação, a definição de normas de uso e visitação e a promoção de atividades educativas e culturais devem ser fruto de um processo colaborativo. Diante da complexidade de interesses e da necessidade de garantir tanto a preservação do patrimônio quanto o respeito às suas múltiplas dimensões, a perspectiva da gestão compartilhada entre Estado, Igreja e sociedade civil emerge como um horizonte possível. Modelos de conselhos gestores, fundações ou outros modos de arranjos colaborativos podem oferecer plataformas para a negociação de conflitos, a partilha de responsabilidades e a construção de consensos.

Embora a implementação de tais modelos apresente desafios, como a superação de desconfianças históricas, a harmonização de lógicas institucionais distintas e a garantia de uma representatividade efetiva da sociedade civil, os benefícios potenciais (maior legitimidade das decisões, otimização de recursos e fortalecimento dos laços comunitários com o patrimônio, por exemplo) justificam o investimento nesse caminho. Para a Igreja de Pacobaíba, e para tantos bens que compõem o patrimônio religioso brasileiro, o futuro reside na capacidade de tornar efetiva a participação social e reforçar o vínculo do bem cultural com os indivíduos locais e visitantes, como também as práticas de educação patrimonial para as novas gerações.

POSSIBILIDADES PARA NOVOS HORIZONTES DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MAGÉ

A preservação da Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, para ser efetiva e duradoura, transcende a necessária intervenção material e o reconhecimento técnico-institucional. A verdadeira salvaguarda reside na construção de laços vivos e permanentes

entre o bem cultural e a comunidade que lhe atribui sentido. Nesse horizonte, a educação patrimonial surge como uma ferramenta estratégica e um processo social fundamental.

Distanciando-se da visão tradicional que trata o patrimônio como um objeto a ser meramente contemplado, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) concebem a educação patrimonial como

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Trata-se de uma prática que fomenta a participação social ativa na formulação de saberes e na própria gestão do patrimônio.

Fundamentada em uma metodologia dialógica e crítica, a Educação Patrimonial deve partir do universo cultural dos próprios envolvidos, valorizando suas memórias, saberes e práticas. O objetivo não é “ensinar sobre” a igreja, mas construir coletivamente o conhecimento por meio dela, transformando a comunidade, com seus moradores, fiéis, mestres populares, jovens e crianças, de espectadora a protagonista do processo de preservação.

Diante desse referencial, é possível delinear um conjunto de ações propositivas para transformar a Igreja da Guia em um espaço de educação formal e não formal. Tais ações poderiam se iniciar com a realização de inventários participativos, inspirados nas metodologias do IPHAN, para mapear o patrimônio imaterial associado ao templo, suas narrativas orais, celebrações e modos de saber-fazer, gerando um acervo vivo pertencente à própria comunidade. Em paralelo, a promoção de oficinas de leitura do lugar convidaria jovens e adultos a interpretar criticamente os elementos do monumento, transformando-o em um documento histórico aberto.

O conhecimento gerado por essas práticas investigativas culminaria na produção de material didático comunitário, como cartilhas e vídeos, garantindo relevância cultural e multiplicando a valorização do bem. Para assegurar a perenidade dessas atividades, seria fundamental a articulação com as redes de ensino e cultura de Magé, pontos e pontões de cultura, entre outros, integrando a igreja aos projetos pedagógicos das escolas e consolidando-a como um laboratório ao ar livre, um verdadeiro “lugar-escola” para o território.

Ao adotar tais estratégias, a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba deixa de ser apenas um patrimônio tombado para se tornar um patrimônio vivido, apropriado e continuamente ressignificado. A salvaguarda, nesse modelo participativo, converte-se em um ato de cidadania cultural, fortalecendo os laços sociais e assegurando que a herança de pedra, cal e fé seja transmitida às futuras gerações como um legado de conhecimento, identidade e pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba constitui um espaço simbólico ativo, cuja relevância

patrimonial se constrói na articulação entre materialidade, práticas religiosas, usos cotidianos e vínculos afetivos da comunidade local.

A trajetória da Igreja de Pacobaíba ilustra, de maneira exemplar, como o patrimônio “se faz” na interação constante entre o legado material e as vivências que o animam. As tensões identificadas entre o sagrado e o público, o uso devocional e a fruição turística, a memória local e o discurso histórico oficial não devem ser vistas como obstáculos, mas como a própria manifestação da vitalidade do bem. É precisamente nessa arena de negociações simbólicas que a igreja se reafirma como um patrimônio relevante, capaz de mobilizar diferentes atores sociais e se adaptar a novos contextos sem perder sua essência. A gestão de seu legado passa, portanto, por saber mediar esses interesses, compreendendo que sua riqueza reside justamente nessa multiplicidade de olhares e apropriações.

Nesse contexto, a articulação entre a preservação material e a valorização das dimensões imateriais emerge como a pedra angular de qualquer projeto de salvaguarda. De nada adiantaria garantir a integridade física do templo e de seus elementos artísticos se as práticas, as celebrações e os saberes que lhe dão sentido fossem silenciados. Inversamente, as tradições e o sentimento de pertença comunitário perdem seu principal ancoradouro físico e histórico sem a materialidade da igreja. Configura-se, assim, uma relação dialética: a pedra guarda a memória do rito, e o rito ressignifica a existência da pedra. A salvaguarda eficaz é aquela que atua nessa interface, cuidando do corpo e da alma desse patrimônio.

Olhando para o futuro, a sustentabilidade da preservação da Igreja de Pacobaíba depende de estratégias integradas. O fomento a um turismo de base comunitária, cultural e religiosa, que seja respeitoso da sacralidade do local, é um caminho promissor. Tal modalidade de visitação deve ir além da simples contemplação, buscando engajar os visitantes na história local e gerar renda que seja revertida diretamente para a manutenção do bem e para o desenvolvimento da comunidade do entorno. Isso pode se materializar em programas de educação patrimonial nas escolas, na formação de guias locais, na criação de roteiros integrados que valorizem outros atrativos da região e no fortalecimento do artesanato e da culinária associados às festas religiosas.

Nenhuma dessas estratégias será plenamente bem-sucedida sem uma governança compartilhada de modo efetivo. A perspectiva de uma gestão que envolva o poder público (em suas diferentes esferas), a Diocese, a academia e, fundamentalmente, a sociedade civil é imprescindível, contudo é importante que a comunidade local não seja tratada apenas como mera espectadora ou beneficiária, mas como protagonista do processo.

Este trabalho, embora abrangente, deixa abertas novas questões que merecem aprofundamento. Como desenvolver mecanismos de financiamento contínuo que não dependam exclusivamente de verbas públicas ou doações esporádicas? De que forma as novas tecnologias digitais podem ser usadas para a documentação, difusão e interpretação do patrimônio material e imaterial da igreja? E, talvez o mais importante, como garantir que o crescente interesse turístico não sufoque as práticas comunitárias na gênese do valor do bem? Essas são perguntas que devem guiar uma agenda de pesquisa e ação para os próximos anos, assegurando que o futuro da igreja seja tão rico quanto seu passado.

Em última instância, preservar a Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba transcende a mera conservação de pedras e argamassa seculares. Significa, sobretudo, salvaguardar os modos de vida, as crenças, as memórias e os sentidos que ela abriga e que são continuamente recriados por aqueles que a vivenciam. É na indissociável e complexa relação entre a matéria e o espírito, entre a cal, a pedra e as práticas humanas,

que reside sua verdadeira e mais profunda substância patrimonial. Um legado vivo que nos desafia a, coletivamente, cuidar, conhecer, celebrar e transmitir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.** t. III. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de monsenhor Pizarro:** inventário da arte sacra fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Inepac, 2008. v. 2.

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra. *In*: SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (org.). **Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVIII-XIX).** Niterói: Editora da UFF, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; NERY, Samantha de Oliveira; ANDRADE, Cláudia Nunes de Lima e; OTONI, João Pedro. Intersubjetividade no patrimônio, um desafio metodológico: a elaboração do dossiê de tombamento de Bento Rodrigues (MG). *In*: BRUSADIN, Leandro B.; CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Memória e patrimônio cultural: gestão, preservação e interpretação.** Pacoti, CE: Geplam Assessoria, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, UFMG, 2023.

CÉSAR, Aldilene. Azulejos setecentistas da vida de São Francisco na América portuguesa: entre o patrimônio consagrado e o ameaçado. *In*: HONOR, André (org.). **Estudos de azulejaria na monarquia pluricontinental lusitana.** Sevilla: Enredars, 2024. p. 12-33.

DOS SANTOS, Lucimar Felisberto. Rotas negras mageenses e o resgate da ancestralidade afroindígena como estratégia de sobrevivência. **Acervo**, v. 38, n. 2, p. 1-28, 2025. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2501>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e da cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: resultados definitivos da população**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ICCROM. Documento de Nara sobre autenticidade. 1994. Tradução de Valerie Magar, Magdalena Rojas Vences e Gabriela Peñuelas Guerrero. **Conversaciones con... Herb Stovel**, n. 8, p. 253-256, dez. 2019. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/publications/2020-05/convern8_06_docudenara_esp.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

LOPES, Bruno Wlaschitz. **Guia de Pacobaíba: construindo uma nova centralidade através da mobilidade e urbanismo sustentável**. Trabalho Final (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: SUTTI, Weber (coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília, DF: IPHAN, 2012. p. 25-39.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.